



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

25ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO AGENTE DE SEGURANÇA VIÁRIA E INCLUSÃO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 07/10/2019

INÍCIO: 15h19min

PRESIDENTE: SR. ANDERSON PEREIRA

O SR. RONI FREITAS DAS SILVA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, muito boa-tarde a todos. Aos nossos servidores do Detran de Rondônia, aos representantes dos Ciretrans que estão aqui conosco, nós queremos dizer muito obrigado.

Nós iremos iniciar a solenidade desta Audiência Pública, cumprimentando os funcionários desta Casa, a você que nos acompanha agora através do YouTube, na página da Assembleia Legislativa, do Facebook, os nossos cumprimentos a todos.

Iniciando esta solenidade desta Audiência Pública, nós convidamos para compor a Mesa de Honra, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública. Coronel José Hélio Pachá, Secretário de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania - SESDEC; Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito, está representado pela senhora Cleuza, Diretora Técnica de Educação de Trânsito. Senhor Sáimon Rio, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito do Detran, também é nosso convidado. Senhor Nilton Gonçalves Kisner, Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho; Senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran.

Senhor proponente desta Audiência Pública, com a palavra, para darmos início aos trabalhos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir sobre a regulamentação do Agente de Segurança Viária e inclusão na Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. RONI FREITAS DAS SILVA (Mestre de Cerimônias) - Nós pedimos, por gentileza, àqueles que puderem, para que neste momento se coloquem de pé. Juntos cantaremos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Estejam todos à vontade. Neste momento, com a palavra, o Deputado Anderson Pereira, para que ele possa dar seguimento regimental a esta Audiência Pública.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Eu convido o Presidente do Batalhão de Trânsito para compor a Mesa com a gente aqui.

O objetivo principal desta Audiência Pública, como a maioria dos Projetos de Lei que eu apresento nesta Casa, é, antes de colocar em pauta, tramitar nas Comissões pertinentes desta Casa, é discutir. Então, desde o início do ano recebi essa demanda por parte do Sindicato, do Sindetran, e a diretoria, inclusive, já vinha até me cobrando, a apresentação desse projeto, que seria uma Emenda Constitucional, colocando no rol da segurança pública, a segurança viária do nosso Estado. Já aconteceu isso em nível federal. A Constituição Federal já recepcionou no Art. 144, a segurança viária e, dos 27 Estados e Distrito Federal, somente o Pará e Distrito Federal fizeram essa regulamentação.

Então, com muita cobrança aí, do Obede, do Adonias, eu falei para eles: tem de discutir melhor o assunto e chamar quem é responsável pela pasta para que a gente possa amadurecer também essa ideia, o que já aconteceu em outros Estados e, principalmente na nossa Constituição Federal. E assim a gente está fazendo hoje. Esse projeto não foi apresentado ainda, está pronto para ser apresentado, mas antes de apresentar eu achei por bem a gente discutir.

Nós sabemos que nós temos um trânsito violento. É um dos trânsitos mais violentos do Brasil. Nós temos motoristas que, vamos dizer, mal-educados e, na maioria das vezes, apressados ou até mal-formados, que violam o

trânsito e não respeitam a pouca sinalização que a gente tem, falando da Capital - não é? -, que é uma capital mal sinalizada, assim como algumas cidades do interior, e isso acaba que, agravando o quê? Acidentes com vítimas. Às vezes, vítimas fatais ou, às vezes, vítimas que ficam mutiladas pelo resto da vida. E nisso, acaba que, além de a gente perder um ente ou deixar uma pessoa mutilada, a gente acaba, também, tendo um prejuízo social e econômico muito grande.

Então, hoje vai ser colocado e mostrado para vocês, quais são esses prejuízos econômicos, sociais e de famílias que perdem seus entes devido à gente ter esse trânsito.

Não que essa Emenda constitucional, respeitando a Emenda Federal, vá resolver todos os problemas. A gente sabe que não vai resolver todos, mas vai agregar. Vai somar. Se não tiver uma contrapartida do município, que cada município, os Prefeitos junto com o Estado, junto com o Detran, junto com Polícia Militar, a coisa também não vai funcionar as mil maravilhas. Então, nós temos que trabalhar educação, nós temos que trabalhar a repressão, nós temos trabalhar em várias frentes para a gente ter um trânsito seguro e com uma mobilidade urbana acessível às pessoas. Nós sofremos muito na capital por conta de mobilidade urbana. Hoje a gente vê que o nosso trânsito não é o mesmo trânsito de dez anos, o que mudou no nosso trânsito, e está um trânsito perigoso e nós precisamos inovar. Uma coisa eu sei e é fato, o modelo que está é ultrapassado.

Eu tive a oportunidade também de participar de um debate, lá em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sobre a mesma questão e foi justamente o que nós colocamos lá e o que a gente pôde perceber no debate: o modelo que está não funciona e que precisa ter mudanças, e as mudanças estão aí

para a gente ver. Basta nós aceitarmos essas mudanças e colocá-las em práticas e os resultados virão.

Então, com essas breves palavras, eu agradeço a presença de todos, tem Ciretran aqui de Guajará-Mirim, cadê o pessoal das Ciretrans? Machadinho, Ariquemes, Ji-Paraná, Colorado do Oeste, Campo Novo, Seringueiras, Rolim de Moura, Jaru, Santa Luzia, Espigão d'Oeste. O pessoal veio em peso. Faltou eu falar alguma? Governador Jorge Teixeira, Teixeirópolis, Porto Velho e Buritis. Agradeço a presença de todos vocês, e as autoridades que compõem essa temática que nós vamos debater hoje aqui, que são os especialistas na área, e nada melhor do que a gente ouvir. Eu acho que o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, antes de criar uma Lei tem que discutir com quem de fato vai praticar a Lei, para que essa Lei tenha efeito. No Brasil tem tantas Leis, Leis boas que na maioria das vezes ou não são cumpridas ou não traz o efeito que tem que trazer. E eu tenho essa preocupação como legislador, de aprovar Leis e trazer Leis para dentro do nosso Estado que venham trazer efeito para a população. E a forma de trazer os efeitos é assim: debatendo, é discutindo, é adequando, é ajustando. Foi o que eu justifiquei para o Sindicato na época, para o próprio Adonias; "Adonias, vamos discutir, vamos amadurecer, vamos melhorar o projeto, que a nossa realidade aqui é diferente de Brasília, é diferente de outros Estados, a nossa realidade é uma, então, vamos discutir melhor isso e aí a gente parte para a discussão principal que é a apresentação do projeto, discute no âmbito das Comissões juntamente com os demais deputados".

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Nós queremos aproveitar a oportunidade para agradecer a Senhora Cleuza Avello Correia, Diretora Técnica de Educação

de Trânsito, a única mulher na Mesa, era para ser assim; o Senhor Neil, Diretor-Geral de Departamento de Trânsito, não pôde estar presente. E nós queremos, em nome da Cleuza, cumprimentar todas as mulheres valorosas e preciosas das Ciretrans deste Estado, os senhores que se organizaram e vieram. Nós queremos uma calosa salva de palmas a esses servidores guerreiros que vieram aqui esta tarde, participar desta Audiência Pública.

O Senhor Neil Aldrin Faria Gonzaga já está presente conosco, está aqui. Seja muito bem-vindo, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito. No início da solenidade não estava, mas, nos honra com a presença agora.

Nós queremos cumprimentar o Dr. Eliel Soeiro Soares, Advogado do Sindicato dos Servidores do SINDETRAN, a nossa reverência, muito obrigado pela presença. Agradecer ao Tenente-Coronel Padilha, Diretor Financeiro do Departamento Estadual de Trânsito, muito obrigado pela presença. Cumprimentar os senhores Agentes de Trânsito de Porto Velho, que aqui nos honra com a presença. Muito obrigado por estarem conosco.

Senhoras e senhores, a partir deste momento ao nosso proponente desta Audiência Pública, Deputado Estadual Anderson Pereira, fará a condução da palavra e a mediação através desta Audiência Pública.

Senhor Deputado com a palavra.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Então, para a gente iniciar os debates, eu quero convidar o Adonias de Deus, que é Presidente do Sindicato do Detran, Sindetran. Ele vai fazer uma apresentação. Pode ficar à vontade para usar a tribuna ou a Mesa se achar melhor.

Algum questionamento, alguma pergunta, pode ser encaminhado à Mesa aqui, para quem vocês quiserem fazer a pergunta. Depois dele, nós vamos dar encaminhamento nas outras falas a respeito da temática.

O SR. ADONIAS RODRIGUES DE DEUS - Muito boa tarde a todos. Adonias de Deus, Presidente do Sindetran/RO. Eu quero primeiramente agradecer a Deus, a oportunidade de estarmos aqui hoje debatendo. Eu quero agradecer a presença de todos e, de igual forma, agradeço a presença de todas as autoridades aqui presentes que se dispuseram do seu tempo para estar aqui conosco. Meus cumprimentos aos senhores e senhoras presentes, a todos os companheiros do Detran, que vieram de longe muitos aí, honrando esse Sindicato que está propondo aqui uma mudança de paradigma, uma mudança na forma com que tratamos o trânsito. O projeto que regulamenta o Agente de Segurança Viária é antigo no Brasil e, em Rondônia, estamos lutando com ele há três anos. Em 2017, fizemos uma primeira Audiência Pública na Assembleia Legislativa também. Acredito que aqui todos têm o interesse em saber do que realmente se trata e eu vou explicar aqui de forma breve e qualquer dúvida vocês podem dirigir para cá e a gente vai tentar esclarecer.

A Regulamentação do Agente de Segurança Viária se realizará inicialmente por meio de atualização do art. 143 da Constituição Estadual de Rondônia, para tratar com maior relevância a Segurança Viária, bem como para trazer a sua definição. Enumera o que ela compreende e a quem compete em sintonia com a Constituição Federal, especialmente, em seu art. 144, § 10, com uma Emenda criada em 2014 e somente agora estamos discutindo a fundo aqui em Rondônia essa Emenda.

Somamos isso à estruturação de alguns cargos dos servidores do Detran, um projeto que entregamos ao Detran, em 2017, nos quais teremos uma grande mudança no quadro funcional do órgão. A título de exemplo, Cacoal é um município onde existem 2 Agentes de Trânsito e com essa pequena mudança no quadro funcional, passaria a ter 26 Agentes de Trânsito no Município de Cacoal, sem que o Estado tenha qualquer tipo de gasto, sem que o Detran tenha qualquer tipo de gasto, só recuperando alguns cargos que estavam em extinção na nossa autarquia. Isso sem qualquer custo e pelo contrário, traria enorme economia aos cofres públicos uma vez que equipes de fiscalização não necessitariam mais se deslocar de um município para o outro. Isso foi tema de muito debate, muito embate aqui mesmo nesta Assembleia. Se falou muito sobre farras de diárias no Detran e esse trabalho tão importante, feito pela fiscalização, necessita de deslocamento por conta das atribuições dos nossos cargos.

A Regulamentação consiste ainda em trazer segurança jurídica aos servidores e uma melhor organização no âmbito profissional, material e técnico, uma vez que a política de trânsito deixaria de ser de Governo e passaria a ser de Estado. Ou seja, a população de Rondônia deixaria de depender da vontade administrativa do governante a respeito das ações para o trânsito e política administrativa de Detran, tornando, cada vez mais, a autarquia um órgão técnico no âmbito da segurança do trânsito.

O DETRAN/RO não pode elevar os seus gastos hoje, isso é um fato. Qualquer elevação de gasto trará a necessidade de aumento de impostos e isso nós não queremos, assim como o Governo de Rondônia, dado à necessidade do equilíbrio fiscal e saúde das contas públicas. Por esse motivo o Sindetran apresentou esse projeto ao Detran, que não traz

qualquer tipo de aumento de despesa com pessoal, pelo contrário, visa otimizar a utilização do efetivo já existente no quadro permanente do Detran, e uma melhor organização da categoria com a nova ordem constitucional vigente, o que iria viabilizar o contingente em todos os municípios de Rondônia para uma execução das atividades de educação, engenharia e fiscalização de trânsito.

Como resultado, veremos melhora na segurança e na fluidez do trânsito nas vias urbanas, de forma a gerar benefícios na mobilidade urbana, segurança pública e gastos gerais com a saúde pública, notadamente porque o orçamento da Saúde é substancial. Nós sabemos das dificuldades que o Governo do Estado tem para manter a saúde em dia, para manter os hospitais funcionando, infelizmente tem sido uma guerra. Estive há pouco tempo no João Paulo para conversar com o diretor, para a gente se familiarizar e realmente é triste, é caótico ver a forma com que a população é atendida ali, a forma com que os profissionais trabalham ali. Infelizmente, isso ocorre porque o nosso trânsito ainda é muito violento e a gente precisa fazer alguma coisa a respeito.

Além disso, tais políticas elevarão a arrecadação com fiscalização e trarão consciência aos condutores com educação, e reduzirá custos e principalmente salvará vidas no trânsito. Esse projeto foi tratado junto ao Detran, mais uma vez, em 2017, mas naquela época, infelizmente, o Detran era apenas um formigueiro. Naquela época, o Detran era um formigueiro porque ali aportavam as formiguinhas das campanhas eleitorais. O Detran é um órgão técnico por natureza e nós precisamos tratar ele dessa forma, porque a Segurança Viária é um assunto muito sério, que mexe com as famílias, que mexe com a estrutura financeira dos Estados

e, inclusive, com a Previdência Social, tema tão debatido hoje no Brasil inteiro.

Temos que ter consciência de que o Detran é um órgão de natureza técnica e necessita de mão de obra qualificada para executar os trabalhos que lhe compete, encontrando hoje, nesta atual diretoria, todo o apoio que os servidores precisavam.

Eu quero, de antemão, agradecer aqui o Cel. Neil Gonzaga por estar sempre aberto ao diálogo, por sempre colaborar com os servidores, por estar sempre conversando e ouvindo as nossas indicações, os nossos problemas e tentando resolver. Este é um problema não do servidor do Detran, mas é um problema do Estado de Rondônia, é um problema público e que o Sindicato humildemente vem tentando contribuir.

O primeiro Estado da região norte a efetuar a atualização da Constituição Estadual foi o Pará. Lá, o avanço na redução dos acidentes de trânsito já é contabilizado, o Coronel Kisner, agora a pouco também nos deu uma orientação como aconteceu e eu acredito que ele vai abrilhantar ainda mais esta Audiência Pública com isso. Ele vai esclarecer um pouquinho como funcionou lá e como está funcionando.

O Distrito Federal fez essa atualização em 2013 e pasmem vocês, de 2013 para cá eles conseguiram reduzir em 50% o índice de acidentes naquele Distrito e hoje é o ente federativo modelo no trânsito do Brasil. Outros Estados já estão se mobilizando da mesma forma que Rondônia para efetuar essa regularização estadual. São eles: Mato Grosso do Sul, no qual o Deputado Anderson teve o privilégio e a oportunidade de participar de Audiência Pública lá; Mato Grosso; Rio de Janeiro; Goiás; Paraná; Sergipe; Alagoas e

outros. É necessário esclarecer que o foco principal de tal regularização, é o salvamento de vidas no trânsito, com redução significativa de acidentes e acidentados.

Em Rondônia, o número de acidentes e mortes ainda é significativo, mesmo com o brilhante trabalho desenvolvido pelo Detran e pelos Batalhões de Trânsito que lutam muito mesmo para atentar auxiliar no trânsito aí, para tentar manter a segurança. Neste ponto, convêm um parêntese para esclarecermos que nós não visamos em nenhum momento usurpar nenhuma atribuição da Polícia, apenas exercer as competências que são atribuídas aos órgãos executivos de trânsito dos Estados, versados pelo CTB e demais normas que dizem respeito ao trânsito.

Ademais disso, a Constituição Federal passou a incluir as Leis de Trânsito como parte integrante da Segurança Pública, sendo responsáveis eles por salvaguardar vidas no trânsito. É assim que buscamos apenas somar a força que temos com as já existentes dentro das devidas competências, as atividades necessárias para melhor segurança viária. Sempre buscamos como produto final, a preservação da vida e a melhoria da população de Rondônia.

Senhores Deputados, autoridades presentes, a redução das mortes e acidentes no trânsito traz uma economia para o Estado em todos os sentidos, desde os gastos com saúde e gasto com a previdência social. Cria também uma economia forte, uma vez que a maioria dos acidentados está em idade produtiva. Acredito, aqui, que o caminho para um futuro melhor passa pela educação de trânsito, com uma pedagogia forte e, quem sabe, num futuro muito próximo, a educação para o trânsito como disciplina obrigatória nas escolas de ensino fundamental e médio do nosso Estado, para que tenhamos motoristas conscientes, pois hoje temos motoristas que até conhecem a Legislação de Trânsito, mas não têm

consciência e nem medem as consequências dos seus atos e parte desse comportamento deve-se a ausência, realmente, do Estado nas ruas.

O Governo de Rondônia, em seu site, divulga horários onde mais ocorrem acidentes de trânsito. São eles: 08:00 da manhã, 14:00 da tarde e 19:00 da noite. O nosso efetivo hoje é muito pequeno, é muito reduzido para que nós possamos, somados à Prefeitura de Porto Velho, aqui cito especificamente Porto Velho, somados aos Batalhões de Trânsito, a força que o Detran traria para essa fiscalização, para essa participação nas ruas aí, ordenando e orientando o trânsito, seria de suma importância para que nós pudéssemos salvar muitas vidas.

Eu vou mostrar aqui para vocês os slides e é bem rápido, para finalizar aqui a minha fala. Isso aqui é o instagram do Governo de Rondônia, e ele é bem atual. Ali ele diz que 80% dos pacientes que dão entrada no João Paulo II são provenientes de acidentes com motocicletas. De 2.967 acidentes, 2.375 são acidentes de moto e na descrição fala que a maioria dos acidentes - e quem trabalha com trânsito conhece isso -, é por irresponsabilidade, é por pressa e infelizmente isso acontece muito.

Aqui, o Governo de Rondônia fala ainda no instagram, que os acidentes de trânsito matam mais que os crimes violentos em Rondônia. São 488 mortes de crimes violentos e 505 mortes no trânsito. Isso é um nível muito alto para o quantitativo de frota do Estado, infelizmente. Aqui, é uma tabela onde nós fomos buscar informações junto ao João Paulo II, a diretoria lá, como eu falei para vocês, visitamos o João Paulo II e temos ali a movimentação de atendimento de vítimas de acidentes de trânsito de 2014, 2015, 2016. Em 2014, 5.925 foram atendidos no João Paulo II; 5.642, em 2015; 5.197, em 2016. Aqui, 2018 já, em 2018

foram 5.367. Vocês podem perceber aí que existe apenas uma variável, mas a gente ainda não reduziu de cinco mil atendimentos. Isso apenas no Pronto Socorro João Paulo II, gente. Em 2017, eles não têm; eu mostrei 2018. Em 2019, agora para vocês, nós já estamos até o mês de agosto 3.404 acidentados provenientes do trânsito no João Paulo II. Isso, infelizmente é muito corriqueiro. Nós sabemos quais são os problemas, nós sabemos onde estão ocorrendo os problemas e nós sabemos o que fazer. Mas nós precisamos de mão de obra para isso, o Governo do Estado precisa de mão de obra, sem gastar ou sem aumentar os gastos para que não gere impactos, para que não seja necessário aumento de impostos ou de taxas.

O Governo divulgou aqui, Deputado Anderson, que pacientes podem custar até R\$ 1 milhão, se o acidente ocorrer e ele quebrar qualquer tipo de osso do corpo, custa mais de um milhão de reais para o Estado. Infelizmente é muito dinheiro. Para você manter isso, você precisa parar de atacar o resultado, você precisa começar atacar a fonte, evitar que o acidente ocorra para que esse tipo de gasto aí seja utilizado de outra forma.

Esse aqui é o mapa divulgado pelo site do Governo do Estado, onde mostra aqui em Porto Velho os pontos onde mais ocorrem acidentes de trânsito. E, depois disso, o Governo cita que esses pontos onde mais ocorrem acidentes de trânsito são durante o dia. Então, mantemos a fiscalização noturna e precisamos atacar piamente, com todas as forças, com toda certeza do mundo, os horários de pico, especialmente na capital e acredito também que ocorra da mesma forma no interior do Estado. `

Aqui é onde o Governo do Estado cita que os horários de pico são os horários que mais ocorrem acidentes de trânsito e é isso, Deputado. Eu fico à disposição para

sanar qualquer tipo de esclarecimento, qualquer tipo de dúvida, perdão. E muito obrigado a todos aí pela presença, obrigado pelo momento.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Eu quero registrar a presença do Deputado Léo Moraes, que se encontra aqui, para compor a Mesa aqui com a gente. Agradecer a presença. Deputado que veio também da legislatura passada, militou junto com a gente aqui. Hoje está lá no Congresso Nacional fazendo um brilhante trabalho.

Então, nós podemos perceber nessa apresentação que de fato são preocupantes esses dados. A gente vê, além de vidas que se foram por conta desses acidentes, as pessoas que ficaram mutiladas, o que o Estado gastou com isso, que poderia investir esse recurso em outras áreas. Eu lembro que na legislatura passada foi retirado recurso do Detran para mandar para Saúde e hoje até dá para entender os motivos. Então, o que eu percebo que a categoria quer? Ela quer assumir uma responsabilidade que, hoje, parte dela pesa para a Polícia Militar, junto com as prefeituras, a exemplo, de Porto Velho tem a SEMTRAN, tem seus agentes SEMTRAN que assumem esse papel também de fiscalização e a gente sabe que ninguém está conseguindo, esse efetivo não é suficiente. A Polícia Militar tem mais atribuições para assumir, já tem um efetivo bastante reduzido e o que a categoria quer? Ela quer assumir essa responsabilidade, até porque hoje, pela Constituição Federal, é quem de fato tem que está nas ruas educando, fiscalizando, reprimindo, multando e tentando controlar esse nosso trânsito nas nossas vias. Porto Velho não foi uma cidade planejada, a exemplo de Brasília, ela cresceu desordenadamente e isso possibilitou a gente ter um trânsito ruim. E aí vem a

questão de sinalização, que já é precária e acaba piorando um pouco mais.

O Deputado Léo Moraes se quiser fazer a fala, se tiver alguma agenda, estiver corrido. Então, vamos dar continuidade aqui. Vamos ouvir o Major da PM Luiz Carlos, Comandante do Batalhão de Policiamento de Trânsito. Como bem disse o Adonias, o Detran não quer assumir ou tirar atribuições da Polícia. A Polícia tem um papel fundamental nesta questão. Mas, se a gente tiver, a exemplo dos Estados que regulamentaram agentes de trânsito assumindo essa responsabilidade viária, sempre com o apoio da Polícia Militar, que está ali na questão da segurança pública, seria uma força a mais para agregar nesse modelo que a gente tem de trânsito.

E com a palavra, fique a vontade de usar a tribuna ou na mesa mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS GARIBALDI - Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimentar à Mesa na figura do proponente, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, ao qual eu agradeço o convite. Saúdo as demais autoridades, senhores Coronéis aqui presentes hoje, dos quais inclusive herdei o Comando do Batalhão de Trânsito, o Coronel Kisner, que passou por lá; o Coronel Gonzaga também; o senhor Secretário, demais autoridades presentes; Deputado Federal, o meu muito obrigado pelo convite. E especificamente falando agora, colegas de trabalho, senhores agentes de trânsito, pessoas das quais eu trabalho já algum tempo, desde 2012, pelo menos com o início da Lei Seca, ombreando de fato, executando o policiamento e a fiscalização de trânsito aqui em Porto Velho e em alguns outros municípios do Estado, quando lá servi, por exemplo, em Pimenta Bueno.

Da fala do ilustre Adonias, ele é do Sindicato, não é isso? Eu queria só pegar um gancho daquilo que ele falou, que é muito pertinente, mas que é, por vezes, teórico. A gente acaba não observando porque motivo um projeto ousado do Detran, em resgatar um quadro em extinção, uma função em extinção para..., tendo como justificativa, indicando que isso tem por fim diminuir de alguma forma o impacto no trânsito no Estado de Rondônia.

Pois bem, de forma teórica, isso pode ou não acontecer porque a diminuição vai depender muito mais do condutor do que das nossas atitudes. A gente observa, ao longo dos anos, que o esforço é maciço, não só na Segurança Pública como um todo, não só na área de trânsito. Mas a gente vê que do início daquilo que se chamou de "polícia" e com todas as suas fases e todas as suas vertentes, não só a Polícia em si, mas o ato de policiar alguém (o administrado), do início até hoje, em muito o sistema se consolidou, melhorou. E, de uma forma geral, nós chegamos a esse patamar de tecnologia, de inovação do direito e tudo mais, mas a criminalidade, a morte, a violência, só aumentou. Porque isso depende muito mais do administrado do que do administrador. Nós fazemos a nossa parte. Dia após dia, a gente sai de casa com o maior esforço possível e nos dedicamos a fazer aquilo que somos contratados para fazer. E nem sempre o resultado vem. De 2012 para cá, nós observamos que a quantidade de acidentes de trânsito é decrescente. Houve um pequeno aumento agora em 2018. Não se sabe ao certo por que, se foi a forma de coleta desse dado ou se efetivamente aumentou um pouco. Mas é fato que só decresce a quantidade de acidente de trânsito. Mas a sensação que a gente tem é que está o caos instaurado, quando não é bem isso. E isso, digamos assim, não vai ser atacado por um projeto, mas sim pelas nossas atividades e principalmente pelo condutor. Mas, de forma prática, como

eu falei, desde 2012, uma pessoa que está aí junto com os senhores fazendo auto de infração, abordando, colocando o condutor na baia, perdendo noite - 12, 9, 10 horas de Lei Seca, que nunca se cumpre apenas aquelas 6 horas -, a gente pode observar que, de maneira prática, eu vou conseguir dar uma maior capacidade operacional para o agente de trânsito e, consequentemente, para a fiscalização, para o policiamento. Por exemplo, foi citado aqui que, em Cacoal, há dois agentes de trânsito. Eu trabalhei em Pimenta, onde havia mais do que isso: eram 4 agentes de trânsito - ou era 1 agente de trânsito em Pimenta? Alguém aí é de Pimenta? Não? Mas são poucos. E no momento de aplicar isso em uma fiscalização, fica um pouco mais deficitário, porque havia então a figura do agente, ou melhor, do auxiliar de trânsito, não é isso? Auxiliar de trânsito. Para mim, leigo, que sou de fora, era a mesma coisa. Aí depois de algum tempo que eu percebi, ouvi falar, que o auxiliar seria, na prática, a figura daquela pessoa que faz a formatação de um auto de infração, por exemplo, e o agente de trânsito, quem assinaria. Então, a assinatura é que dá a legitimidade, é que faz efetivamente um documento público surgir no mundo jurídico, certo? Então resumindo: o auxiliar do agente de trânsito - é uma opinião minha - acaba tendo pouca aplicabilidade, já que vários vão fazer, digamos assim, um auto de infração, e o agente de trânsito vai só assinar. Quando uma figura, uma mesma pessoa, até porque o CTB assim estabelece, aquela pessoa em regra, que visualiza, que presencia (ou que, como diz o Manual Brasileiro: constata uma infração) é quem deve assinalar, é quem deve fazer o auto. Então, dessa maneira, extinguir, digamos assim, como já está, mas "transformar", trazer o auxiliar para a mesma condição jurídica do autuador para fazer às vezes de agente de trânsito eu entendo como perfeitamente aplicável, como perfeitamente viável, como

operacionalmente viável também. Isso é o que se manifesta a Polícia Militar, o seu Comandante-Geral me mandou representá-lo, e fez esta pergunta: "tá, mas o que o agente viário (como é o nome? Segurança Viária, não é isso?) o agente de segurança viária, que tipo de atribuição ele terá dentro daquilo que a gente chama de 'poder de polícia'?". Porque uma coisa é fato: a questão de utilização de força de uma maneira em geral, todos nós aqui temos poder de polícia, absolutamente todos, mas o poder de polícia compartimentado. E, observando o projeto, a gente vê que isso não vai mudar. Não se propõe a criação de uma polícia de trânsito ou coisa do tipo, não é essa a vertente. Então nós apoiamos, até porque isso já entra aí num viés constitucional mesmo - Constituição Federal e tudo mais. Há o apoio da Polícia Militar. Entendemos que é viável, que é aplicável e, sinceramente, agradecemos muito a oportunidade de fazer parte do processo de tomada de decisão.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado, Comandante. Também com a palavra, o senhor Nilton Gonçalves Kisner, Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho - SEMTRAN. Eu ainda observo Porto Velho com uma necessidade muito grande de sinalização. Eu acho que só no meu gabinete há alguns pedidos. Já estive com o Secretário algumas vezes. A sinalização, faixa de pedestre, eu vejo que ainda tem que acertar bastante para que a gente possa também ajudar nessa redução. É como o Comandante da PM, o Comandante do Trânsito disse: é um conjunto de ações. Só colocar o Detran na rua não vai resolver. Então, é um conjunto. É o município junto com o Estado, e todo mundo trabalhando junto, Polícia Militar, Secretaria de Segurança junto para que a gente possa baixar esses dados aqui e diminuir esse ritmo de acidentes.

O SR. NILTON GONÇALVES KISNER - Boa tarde ao Deputado Federal Léo Moraes; ao Deputado Anderson Pereira que é proponente desta Audiência; ao senhor Cel. José Hélio Cysneiros Pachá, da SESDEC; Neil Aldrin Faria Gonzaga, Diretor-Geral do Detran, Senhor Sáimon, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito; senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores. Boa tarde em especial às senhoras, aos senhores, aos agentes de trânsito, aos servidores do Detran.

E, para explicar um pouco, rememorar a história. Tive a oportunidade de em 1997 estar na cidade de São Paulo realizando um curso de trânsito. Esse curso de trânsito era no Centro de Treinamento Urbano. Nós estamos falando de 1997, à época em que estava sendo criada e debatida a questão do Código de Trânsito Brasileiro, de transformar Código Nacional de Trânsito - CNT para CTB. E lá em São Paulo a discussão que norteou toda essa situação do CTB era a questão da municipalização. Um lobby muito grande por parte da CET que é o grande empreendedor de trânsito em São Paulo, porque ela dizia: "Olha, nós pintamos, nós sinalizamos, nós cuidamos, só não podemos fazer a fiscalização. E nem tampouco recebemos parte deste recurso para reinvestir nessa melhoria da sinalização." Essa era a discussão. Por parte até da própria Polícia Militar de São Paulo, existia uma força de um lobby para não passar essa capacidade de agente de trânsito para o município, imaginando que iriam perder responsabilidades, porque falava: "atuação somente mediante convênio." Então, no momento que teria convênio, achavam que iriam perder. Porém, era um fato de que fariam também parte dos recursos, porque estavam investindo em viaturas, em treinamento, em

desenvolvimento, em formações, em ações educativas e também não participavam desse bolo, por isso a questão do convênio.

Como estou falando, isso em 1997, algo na cidade de São Paulo, bem mais desenvolvida, uma capital lá com seus 400 anos, outra estrutura. Só que passou a ser lei. A obrigatoriedade de tudo o que está relacionado com via é responsabilidade do município, ficando para o Estado o que se diz referente ao condutor e referente ao veículo que é gerenciado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito. E os municípios assumiram a parte viária, uso da via, tudo o que for referente à via é do município.

Para ver a dificuldade dessa aplicação do que está escrito no CTB de 1997, o próprio município de Porto Velho só foi se reestruturar definitivamente em 2009. Nós estamos falando em 12 anos depois. Estamos falando de um município mais organizado, mais equilibrado, com uma estrutura melhor do que muitos municípios no Estado que ainda não se regulamentaram. Nós temos municípios no interior que ainda, que já tem a possibilidade da realização, através de uma secretaria municipal, com certo número de agentes que possibilita que essa estrutura prevista lá em 1997, de forma precária, aconteça. Porém, muitos municípios, a maioria deles não está regulamentada de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Esse processo termina recaindo, de certa forma, e senti isso quando assumi o Comando Geral da Corporação, a responsabilidade sobre a Polícia Militar, pois o veículo está estacionado na frente de uma garagem, fazer o quê? Se o município não tem estrutura, o município não conveniou, o município não repassou nenhuma ou delegou competência, mas as pessoas vão até a Polícia Militar e disso vão denunciar na Corregedoria que o policial militar foi omissos. Isso não

é um caso, são vários de casos de situação. Questões de racha, principalmente colocando em risco, festas. Nós chegamos até a ter Arrancadão em cidades do interior, autorizadas pelo prefeito. E queria ainda, colaboração da Polícia Militar para manter aquele evento. Primeira coisa que foi dada: "saíam os policiais da cidade, vão para outra, porque aí não vai dar certo essa situação." Então todo um processo.

Houve um momento, o que a gente fala disso. Isso é o que teve lá do Código de Transito Brasileiro. Somado a isso, nós temos aí um processo, que as políticas, as políticas de investimento, as políticas principalmente do Governo Federal, trabalharam em diferentes pontos, em diferentes velocidades. Houve uma grande avaliação até de questão de diminuição de IPI, capacidade de compra de veículos, hoje nós estamos falando veículos aí há 96 meses, 96 meses. Essa política toda de investimento, de incremento para a aquisição de veículos, de aquisição de veículos, não foi à mesma evolução da política de educação e fiscalização e atuação dos órgãos fiscalizadores. Pelo contrário, houve de certa forma, inibição da fiscalização. E essa desproporção aconteceu. Uma dessas políticas que nós podemos falar é o que hoje a gente chama de Lei Seca, que é a única que deu exato, que é a participação conjunta dos órgãos de trânsito, não apenas a responsabilidade sobre um órgão, que é para não haver pressão externa, mas sim de diversos órgãos. Aqui na capital entram os agentes de trânsito, vão fiscais de trânsito, vão agentes do Detran, policiais militares, Polícia Civil e até mesmo Promotoria; de forma que, quem cai ali na blitz, não vai ser pedido para liberar. E aí nós temos exemplos, os senhores que trabalham, de autoridades de grande vulto, que ali foram presas e tiveram que assumir a responsabilidade, e não podendo ser administrado o "jeitinho brasileiro".

Com esse contexto nós vemos duas coisas, que esse projeto de certa forma ele é sim, grande e valioso, porque quanto maior o número de fiscais sobre a questão do trânsito, melhor a aplicação de políticas públicas voltadas para a segurança viária. Isso é uma colaboração que nós podemos ter principalmente no interior do Estado através da Ciretrans, que vão abrir a possibilidade de forçar esses municípios a terem uma estrutura melhor para a aplicação da fiscalização de trânsito, então vai melhorar. Alguns locais não têm nenhum agente de trânsito do Detran, não tem nenhuma fiscalização por parte da Prefeitura, mas lá também tem moto, tem gente que tinha bicicleta, foi ao banco, fez lá o processo em 96 meses e hoje está andando de moto e pior, sem carteira, porque ele gastou tudo na moto e não sobrou dinheiro para investir na habilitação, e não tem fiscalização para ver se ele não tem habilitação, porque não tem agente de trânsito para fazer isso. Então, é um círculo vicioso que precisa ter uma resposta.

Sobre esse número que é apresentado de motos como maior índice, tivemos uma palestra que foi dada pelo Secretário Estadual Dr. Fernando Máximo. Digo aos senhores e as senhoras, que o Major Garibaldi se encontrava lá. Nós tivemos outra avaliação do que a gente fala de estatística de trânsito. Enquanto nós estamos preocupados com estatística/número, ele nos trouxe a realidade de estatística referente ao potencial desse acidente. Então, é verdade, o maior número de acidentes ocorre às 8 horas da manhã, dos dias da semana, que é o horário que o pessoal sai da sua residência para o trabalho, e pasmem, nos lugares melhores sinalizados. Ou seja, está diretamente relacionado ao desrespeito da norma. Porém, o maior número de acidentes que vai parar no João Paulo com motocicleta, é na quarta-feira a noite após o futebol, é na sexta-feira de madrugada, início da madrugada que é o maior número de

entrada de pessoas no João Paulo, por quê? O pessoal sabe que tem Lei Seca, fica no bar bebendo, quando imagina que a Lei Seca já está terminando, se retirando do local, é quando ele sai com a sua moto para retornar à residência ou para outro local. O número de acidentes é pequeno, porém as vítimas são as maiores nesses horários. Horário de domingo a tarde é enorme e domingo pela manhã que é o retorno da chamada balada do sábado. Então, é uma nova visão.

Como combater isso? Em parceria. Então, esse projeto, Deputado Anderson, é um projeto que pode sim, contribuir para que nós possamos fazer uma maior avaliação sobre esses, porque, a questão de educação é necessária. O município faz a parte de educação, o Estado faz a parte de educação através do Detran e também do Batalhão de Trânsito aqui na Capital, mas precisamos sim, fiscalização. Há essa situação de sinalização no Município de Porto Velho? Existe sim, existe. Tivemos, herdamos situações do passado onde contratos viciados, a Secretaria que eu assumi foi porque o Secretário anterior, junto com toda uma problemática, terminou sendo recolhido esse contrato, aquilo aconteceu lá em dezembro, mas os contratos ainda são os mesmos. E como gestor aqui o nosso Diretor do Detran sabe o que é a dificuldade de resolver esses vícios contratuais onde a empresa se coloca como vítima querendo que o município faça a coisa errada para beneficiá-lo porque ela não consegue se estruturar. Está aqui o meu Diretor de Engenharia de Trânsito, o J. Lima, que sabe explicar muito bem essa pressão que é feita desses contratos. Graças a Deus nós conseguimos, estamos iniciando uma nova vida dentro da Secretaria, criando mão de obra própria por que como que a Secretaria vive só de um contrato de uma empresa prestadora de serviço? Eu conto uma história simples, mas necessária. O senhor me cobrou sobre sinalização aqui. Eu, logo que assumi a Secretaria, fui tomar um café na padaria e o dono

da padaria disse assim: "olha aí esses vândalos quebraram essa placa aqui de sinalização, e o senhor agora é Secretário, resolva isso aí". E eu fui à Secretaria para ver essa placa aí. Daí eu descobri como que funciona: o Engenheiro vai até o local e faz um projeto, o Engenheiro não vai fazer um projeto só de colocar uma placa, ele vai dizer que tem que ter faixa, que tem isso, redutor, sinalizador, porque ele não vai assinar o ART dele só numa placa, e está correto. Isso vai virar uma O.S, que manda para a empresa, para a empresa fazer essa aplicação, para depois trazer uma comissão - nós estamos falando em 06 meses para ver uma placa -, como é que a Secretaria não tem um efetivo para dizer assim: "vai lá e coloca essa placa que já estava no local".

Hoje, dentro da Secretaria, se usássemos o contrato eu teria primeiro, ela iria cobrar para ir lá fazer a desimplantação dessa placa e cobrar pela implantação da outra placa. No contrato, hoje, isso é R\$ 700,00, R\$ 700,00, está aqui o meu Diretor, a gente está fazendo. Começamos a fazer as placas com revitalização das placas anteriores, colocação de..., usando tubos em conjunto com a EMDUR, e estamos indo como? Através de um contrato com o Reeducandos, essa placa sai menos de R\$ 100,00 para colocar.

Se alguém quiser ver a qualidade das placas e da sinalização feita por reeducandos, vá lá até o Cohab, onde foi feito todo o asfalto do Cohab. E essa semana nós já estamos começando que foi feita aquela área próximo à Rua Açaí, todinha foi asfaltada e nós estamos iniciando a sinalização. Depois vamos para o 22 de Dezembro, tudo com mão de obra própria da Prefeitura sem usar o contrato.

Então, é uma mudança, Deputado. Eu peço para o senhor aguardar um pouco, exemplo é aqui, já deve ter recebido que

melhorou aqui a saída do cruzamento da Calama com a Farquar, mão de obra própria da Prefeitura sem contrato. A única coisa foi da parte semafórica que ela foi colocada, que isso a gente ainda não tem, que é material de semáforo, mas daqui a pouco nós vamos comprar.

Então, Deputado Anderson, digo que por parte da Secretaria, em meu nome e também falando aqui dos Agentes, toda a mão de obra a mais no trabalho para gerir um trânsito seguro, ela é sim bem-vinda e pode contar conosco, por parte do município, o apoio porque nós somos responsáveis não só pela segurança viária, mas também por ações que implementem a fiscalização. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado pela fala.

Eu gostaria só para deixar bem claro que, às vezes, surgem dúvidas. Essa PEC Estadual não vai tirar nenhuma atribuição do que é a Polícia Militar, do que está no Código de Trânsito Brasileiro para não confundir, o Agente de Trânsito vai passara ser Polícia? Não. Foi aprovada uma PEC no Congresso Nacional, tramitou na Câmara também e essa PEC colocou no rol da Segurança Pública a responsabilidade do agente de trânsito, e ela submeteu que o trânsito é uma questão de segurança pública, eu vejo que é até de saúde também, que vai pesar lá na Saúde também.

Então, essa PEC, o que ela vai fazer? Tirar os Agentes de Trânsitos dos serviços burocráticos dentro do Detran, e eles vão para a rua. E, aí, na rua, vão ser desenvolvidas as políticas públicas de repressão, de educação. Hoje já é feito, eu já observei isso, que é feito, mas ainda não atinge a população como um todo ainda. Eu considero ainda pouco e pode ser feito muito mais.

E contratação, vai ter que ter concurso? Justamente isso a gente estava discutindo com Adonias, o Coronel está aqui também, existem os quadros em extinção, então não vai aumentar nada no orçamento do Estado ou no orçamento do Detran. Pelo contrário, vai aproveitar esse pessoal que já existe do quadro de extinção, vai ser enviado um projeto - seria uma forma correta de se fazer - para a Assembleia Legislativa, e a gente inserir essas atribuições para os Agentes de Trânsito de Segurança Vária. No caso, a gente criaria, claro, o Cargo de Agente de Segurança Viária que ia fazer a fiscalização de trânsito, ajudar na fiscalização de trânsito. Mas não vai assumir papel da polícia, não vai ser polícia, porque não foi o que foi aprovado no Congresso Nacional.

Com a fala agora o Deputado Léo Moraes, que ele tem uma audiência as quatro e trinta e pediu a fala. Fique à vontade em usar a tribuna ou a Mesa.

O SR. LÉO MORAES - Boa tarde a todos. Prazer muito grande voltar a Assembleia Legislativa para conversar com a população. Usar esta tribuna é motivo de muita honra, de muita satisfação, de muito orgulho.

Gostaria de cumprimentar o proponente da Audiência, Deputado Anderson Pereira, tem feito um belo trabalho, tem se preocupado com algo tão dramático que diz respeito aos altos índices de violência no trânsito que nós somos acometidos em Porto Velho e em todo Estado de Rondônia. Até estava dando uma olhada, passando rapidamente no relatório do Sindicato, e nós observamos que este ano já tivemos uma diminuição. Então, nós temos um bom parâmetro e nos faz acreditar que algo tem sido feito melhor do que anteriormente. E a gente tem que aqui também, logicamente,

elogiar, enaltecer e dizer que esta Audiência com certeza vem nesse propósito, convergir esforços para que nós ainda mais consigamos dar exemplo e diminuir não somente o problema do trânsito e da segurança pública como prioritariamente saúde, que nosso Hospital João Paulo II, que não tem estrutura para aguentar a grande demanda represada, muitas vezes, que deveria ser média alta complexidade e trabalha quase que, muitas vezes, prioritariamente com ortopedia, traumas, fraturas em decorrência do nosso brutal trânsito rondoniense, Porto Velho é uma expressão muito grande disso.

Gostaria de cumprimentar o Coronel Pachá, que eu tenho uma grande estima, consideração. Não tenho vergonha alguma também de elogiar pela condução da sua Secretaria, dos seus comandados, do grande trabalho que o Comando da Polícia Militar tem feito, da Direção-Geral da Polícia Civil e a relação equânime que tem dado as nossas forças de segurança assim como o Corpo de Bombeiros.

Coronel Gonzaga, que não o conheço, desejo muito sucesso à frente do Departamento Estadual de Trânsito, órgão arrecadador e que eu tenho certeza que a partir de hoje pode ser um divisor de águas neste debate, para que nós possamos, enfim, tratar matérias dos nossos profissionais de segurança viária, incluí-los na Constituição Estadual, haja vista que já existe essa lacuna preenchida na matéria federal. Acho que esse é o caminho, não tenho dúvidas.

Cumprimentar o Adonias, que já teria um compromisso moral de virem aqui para conversar em todas as matérias que o Sindicato me convidasse, me intimasse, porque conheço o comprometimento e a dedicação do Sindicato dos Servidores do DETRAN, o Adonias, o Obede, enfim, todos, Adriano, todos que fazem parte de muitas conquistas. E tive o prazer de

participar de algumas delas, inclusive relatando o projeto dos nossos valorosos servidores do Detran.

Cumprimentar J. Silva, que está aqui também na condição de representante dos Agentes Municipais de Trânsito, muitas vezes categoria que é marginalizada, muitas vezes que ela é diminuída, trabalhada de forma pejorativa, e acredito que à frente, tendo o Coronel Kisner, que conhece o trânsito há muitos e muitos anos, porque já ocupei essa pasta ainda na condição de Oficial da Polícia Militar, eu tenho certeza que tem como recuperar cada vez mais a alta estima reconhecê-los e demonstrar que vocês são atividade fundamental para a boa ordem do nosso trânsito porto-velhense. Aliás, Coronel Kisner, até peço perdão que lhe cumprimentei, mas não consegui lhe reconhecer porque eu vi só a metade do Comandante Kisner, quando eu o vi aqui. E o Kisner tem uma grande virtude, além da sua capacidade de trabalho, que o Kisner, eu espero não ser vaiado, mas, o Kisner, é gremista - não é isso, Kisner? Então, é o único elogio, que é um grande profissional e espero que o senhor bem conduza a atividade da Secretaria que nós precisamos. Porto Velho tem uma dificuldade histórica em relação ao trânsito. A fiscalização aliás, a sinalização é algo muito grave. Eu vi que tem uns cones ali, eu quero acreditar que é algo necessário, imediato, mas que também provisório para que a gente possa melhorar a nossa sinalização aqui em Porto Velho. Lembro-me quando foi inaugurada a Duque de Caxias, que ela ficou muito tempo sem sinalização nas faixas de rolamento, sinalização vertical, isso acarretou alguns acidentes e a gente está aqui para colaborar de que possa melhorar as questões da nossa cidade.

O Deputado Anderson é muito feliz em puxar essa responsabilidade para a Assembleia, que aqui é o local para

dirimir os problemas é arrefecer todas essas discussões. Existe, em minha opinião, e estava conversando agora com ele, canto de orelha ali, existe legalidade, existe constitucionalidade, vamos inserir no artigo para que os Agentes de Segurança Viária fiquem compreendidos na Constituição do Estado e que a gente não permita que um capital profissional, um espólio, um patrimônio do Detran tão bom, tão qualificado, porque já vive essa realidade, se limite à atividade administrativa, se eles podem estar em campo, gerando economia e a maior observação dos órgãos estatais dentro das nossas cidades. Nós vamos matar 2 coelhos com uma cajadada só. Sem dizer que nós não vamos trazer altos impactos financeiros, se for considerado que muitos agentes vivem mês, mês, mês, anos, e não porque querem, mas, pela necessidade com diárias, gratificações de deslocamento e diárias que podem ser supridas pelos nossos profissionais que já sabem o que é Detran, já sabem o que é trânsito, já sabem as dificuldades que enfrentam no dia a dia.

Então, eu quero muito acreditar, Deputado Anderson, que nós vamos ter uma união de esforços de todos os parlamentares estaduais. E eu estou à disposição porque eu debati isso no Congresso Nacional. Lembro que o J. Silva e outros tantos Agentes Municipais de Trânsito me interpelaram no que diz respeito à necessidade de participar da Frente Parlamentar, de assinar a PEC, de participar do debate da Reforma da Previdência em relação aos Agentes de Trânsito. E lá estive, inclusive, foi reconhecido por vários Estados brasileiros em relação a essa frente de discussão.

Então, eu não tenho dúvidas da grandiosidade do tema, da relevância do múnus público. Isso é do caráter público de servir ainda melhor a população que muitas vezes não vê

a entrega satisfatória do pagamento de altos impostos que são feitos no dia a dia em relação ao poder público. Nós que trabalhamos, vocês trabalham 6 meses para entregar dinheiro para o poder público, porque quem é dono desse dinheiro é a população e nunca o poder público. Ninguém tem dinheiro, a Prefeitura não tem, o Governo não tem, ninguém tem, quem paga os nossos salários é exatamente a população e por isso que eu sempre discuti e sempre fui contrário ao aumento de impostos, como foi o caso do querosene, como foi o caso do ICMS, como foi o caso do IPTU, como foi o caso de tantos impostos.

Portanto, eu parabenizo o Deputado Anderson Pereira que tem afinidade com matéria em defesa do servidor público, viu Adonias? Então, vocês escolheram um ótimo parlamentar para encampar e militar essa área e tenho certeza que o que precisar, como você sabe, Adonias, Presidente, todos os Sindicatos é só dar o comando que eu estou inteiramente à disposição em defesa dos nossos Agentes de Trânsito, dos nossos profissionais do Detran. Parabéns, sucesso. Uma semana abençoada e continue contando com a gente. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns Deputado Léo Moraes. Aproveitar a oportunidade, Deputado Léo Moraes pegou uma PEC, a PEC do Sistema Prisional que cria a Polícia Penal, parada, praticamente, há quase 10 anos no Congresso chegou lá, assumiu a relatoria e há uma previsão dessa semana entrar na pauta, vai depender da Sessão do Congresso. Mas o Deputado tem se empenhado em cima disso, a Fenaspem tem reconhecido isso, inclusive, o Ronaldo está ali, Vice-Presidente da Fenaspem; a Elen Daiane, que faz parte da Fenaspem está ali e todos estão observando esse trabalho que está sendo feito desse modelo

do Sistema Prisional que a gente tem que rever no Brasil. Porque o que a gente tem aí está ultrapassado, não funciona, com servidores sem valorização, sem reconhecimento, com estrutura de carceragem ruim, com o crime organizado cada dia mais organizado. Agora, inclusive, está tendo o Movimento do Crime Organizado aqui em Porto Velho, eu não vou falar nome para não dar mídia para crime organizado, mas está tendo movimento e isso é preocupante, um movimento silencioso, mas está tendo e a gente precisa tomar rédea do Estado. Eu tenho observado alguns Estados já se posicionando nesse sentido, o Ceará foi um, o Rio Grande do Norte foi outro, estão tomando controles porque tem que tomar porque quem tem que mandar lá dentro é o Estado, que se o Estado perder o controle a gente perde aqui fora também, porque eles estão acabando controlando de lá para cá e estando nas mãos do Estado. Então, isso é vergonhoso, isso é preocupante e a gente precisa ter um modelo moderno, um modelo novo e a Polícia Penal é esse modelo, eu tenho certeza disso.

Então, obrigado Deputado Léo Moraes. O Deputado Léo Moraes vai se ausentar por conta da sua audiência agora, às 16h30. E o Coronel Gonzaga, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Detran, está com a palavra. Nós, não apresentamos essa PEC, eu até mostrei para o Coronel aqui, mostrei também para o Secretário de Segurança a PEC que pode ser que a gente vá apresentar. Eu tenho que colher as assinaturas dos parlamentares conforme o Regimento da gente exige para apresentar uma PEC, mas a gente quis debater antes, justamente que se precisar de ajuste, à gente só está remetendo o que já está na Constituição Federal, mas se tiver algum tipo de ajuste, a gente está à disposição para isso, até antes de apresentar para a gente tornar o debate mais leve. Essa é a maior intenção nossa de promover esta Audiência.

Coronel Gonzaga, à vontade.

O SR. NEIL ALDRIN FARIA GONZAGA - Obrigado Deputado, boa tarde. O senhor permite, eu vou fazer as minhas palavras daqui mesmo do seu lado, da mesma forma que o senhor fez.

Parabenizá-lo, Deputado Anderson, pela iniciativa por encampar esse assunto importantíssimo. O Brasil registra 45 mil mortes por ano vítimas de acidentes de trânsito, é um tema recorrente que nunca sai de moda, é o trânsito. Um desafio enorme para todas as autoridades, todos os entes componentes do Sistema Nacional de Trânsito implementar regras, fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro para que os números de acidentes de trânsito mudem, para que os números abaijem. Então, mais uma discussão aqui, essa Proposta de Emenda Constitucional, criando o Agente de Segurança Viária nos moldes de Emenda Constitucional 82/2014 que trouxe lá para Constituição Federal. O Detran está junto nesse projeto, sem dúvida nenhuma. Eu, na qualidade de Diretor-Geral, jamais poderia sinalizar ou me comportar de forma diferente que não seja dizer que essa proposta vem ao encontro das políticas de trânsito, não só do Detran, mas política de trânsito de todos os órgãos que componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Coronel Pachá, digníssimo Secretário de Estado, pessoa da qual tem sido parceiro nosso lá no Detran, sempre discutindo conosco ações que possam melhorar a situação do trânsito em Porto Velho e em todo o Estado, a exemplo da modernização do sistema de identificação, pelo qual o Detran será parceiro, pelo qual pretende se trazer um sistema novo, informatizado para expedição de carteira de identidade no nosso Estado, em parceria com o Detran, que o

Detran vai usar esse banco de dados em tempo real para poder conferir ali a CNH da pessoa quando vai renovar ou da pessoa que vai tirar a carteira de habilitação. Um dia desses, mesmo, uma pessoa foi presa lá no Detran com identidade falsa. Quantos desses já não passaram por lá, com identidade falsa, sem ter sido identificada? Se a gente tivesse essa parceria, uma consulta online com o Banco de Dados da Polícia Civil, do Instituto Criminalística, certamente que hoje nós devemos ter várias carteiras de habilitação esquentada, ela é um documento de identidade, é esquentada porque a gente não tem essa tecnologia de buscar consulta num banco de identificação.

Cleuza, boa tarde, obrigado pela presença aqui. A Cleuza, que é a nossa Diretora Técnica de Educação de Trânsito, recém-empossada no cargo. Ela tem um desafio muito grande que é cuidar do assunto Educação de Trânsito. São três vertentes no Código de Trânsito Brasileiro. A gente chama o "tripé do trânsito" que é: a Educação do Trânsito, a Engenharia de Trânsito e Esforço Legal, que são as regras e cumprimento das normas.

Então, o Detran tem vários projetos na área de educação de trânsito, várias ações. O Detran não para, fiscalização, educação de trânsito é o tempo todo. Repito, com todo esse engajamento, com todo esse trabalho que vem sendo feito, bem falado pelo Coronel Kisner, Secretário Municipal de Trânsito que fez um apanhado, o Código de Trânsito Brasileiro completou agora no mês de setembro 22 anos de existência, e o Brasil ainda ocupa o 4º lugar do ranking mundial de mortes de acidentes de trânsito. Rondônia, 500 pessoas morrem todo ano vítimas de acidentes de trânsito. Por hora, 5 pessoas morrem no Brasil e tudo passa pela educação.

Muito se fala em educação, educação, educação de trânsito e as pessoas estão aí no trânsito, os motociclistas, conforme foi colocado aqui na palestra do nosso Presidente do Sindicato, os motociclistas estão aí, que são os mais frágeis no trânsito, junto com o pedestre, junto com o ciclista, porque não tem proteção nenhuma e a gente vê todo dia, toda hora avanço de sinal. Toda hora, em qualquer cruzamento avanço de sinal, excesso de velocidade, manobra irregular, eles, os motociclistas são as maiores vítimas e eles, parece que são os que mais transgridem também.

Então, o desafio: como mudar isso? Passa também pelo Centro de Formação de Condutor, quando forma lá o condutor. Mas a nossa educação de trânsito, nós temos vários projetos agora com a parceria muito forte do Secretário Suamy, da educação de trânsito que está levando com mais propriedade, de forma transversal o tema, a matéria educação de trânsito nas escolas. Então, o trabalho não para, e os desafios são enormes.

Cumprimentar o Presidente do Sindicato, Adonias. Parabéns, Adonias, pelo seu trabalho do Sindicato e toda sua equipe em trazer esses enfrentamentos aqui para gente discutir. O Adonias que sempre está comigo lá no Detran, falando em nome dos servidores e trazendo propostas. Eu estou aqui com uma proposta sua, Adonias, que a gente estava conversando ali, que passa por essa questão do Agente de Segurança Viária. Essa proposta que você falou, que propõe aqui através de uma medida, um Projeto de Lei, você transformar alguns cabos em agente, transformar em agentes de trânsito, para que nós possamos triplicar ou quadruplicar o número de agentes que a gente tem. Que hoje nós temos um número muito pequeno de agentes que estão diretamente nas ruas. Apesar de termos 200 agentes de

trânsito, nem 12 agentes está a sua disposição lá, não é Sáimon? O restante dos servidores que são agentes; estão espelhados cumprindo outras atividades. Então, nossa proposta do Sindicato, se passar pela nossa, já está na nossa Procuradoria para análise, e havendo um entendimento isso vai possibilitar - tomara que a gente alcance esse objetivo -, para que nós possamos ter mais agentes de trânsito na rua, fiscalizando, alternando o seu expediente com o serviço de rua.

A gente sabe que o desafio é muito grande. Nós temos várias formas de controlar o trânsito, sinalização vertical, semáforos, faixa de pedestre, enfim. E o agente de trânsito, assim como o policial militar é mais uma ferramenta, é mais uma forma de você estar presente ali na rua, de forma educativa ou repressiva mesmo, que precisa fazer a parte repressiva, a Lei Seca é um exemplo disso, o Secretário de Trânsito abordou muito bem, que é uma Lei que veio, pegou e deu certo. E ela vem trazendo números significativos em redução de mortes no trânsito no Brasil. De modo que esse Projeto de Agentes de Segurança Viária, repito, vem ao encontro das nossas demandas e certamente será aprovada aqui a Emenda Constitucional da nossa Constituição do Estado.

Cumprimentar o Sáimon, Diretor Técnico de Fiscalização, em exercício. Eu tenho cobrado muito do Diretor Oton - está afastado, está de férias -, a presença dos nossos agentes de trânsito nas ruas. Nós somos um número tão reduzido, não é Sáimon? Mas ainda assim, em parceria com a Polícia Militar e com a SEMTRAN os nossos agentes têm ido para a rua durante a semana, quando não está fazendo a Lei Seca, que é nos finais de semana, está lá na rua em locais específicos, aonde o mapa, os índices apontam acidentes de trânsito, o pessoal está lá fazendo o

trabalho de presença ostensiva do agente, da autoridade de trânsito, fazendo lá o seu papel de polícia, exercendo o papel de Polícia de Trânsito, Polícia Administrativa. Independente da criação do Agente de Segurança Viária, nós já temos o nosso poder de Polícia Administrativa para poder fazer a fiscalização de trânsito.

Cumprimentar o Coronel Kisner, meu digníssimo colega de turma, nós que ingressamos na Polícia Militar em 1992. Kisner, que foi Comandante do Batalhão de Trânsito, eu também passei por lá. Passei 08 anos lá no Batalhão de Trânsito. Então, a gente tem uma experiência boa com relação às mazelas e como se faz as operações e as ações de trânsito e as causas dos acidentes. O que precisa ser melhorado, como disse bem o Kisner: "muito se fez durante esses 22 anos de criação do Código de Transito Brasileiro", também fiz aquele curso que você fez lá em São Paulo, em 1997, que se discutia a questão da municipalização. Foi ali que veio a figura, criou-se no CTB, naquela época, um capítulo específico sobre os crimes de trânsito, foi a grande inovação, não é? E daí só foi melhorando e a Lei Seca hoje é o sucesso que é por causa dos esforços dos nossos parlamentares que tiveram coragem de fortalecer e tornar hoje a Lei Seca na forma que ele é: 'tolerância zero'. O simples fato de você recusar ao etilômetro, você já sofre a medida administrativa prevista no artigo 165-A. Não é isso, Garibaldi? Então são avanços, podemos avançar e mais precisa ser feito com relação ao trânsito.

O Deputado Léo Moraes se ausentou, mas eu ia abordar aqui a questão do Projeto de Lei 3267, que altera o proposto pelo Presidente Jair Bolsonaro, vai propondo várias alterações no Código de Trânsito Brasileiro. Algumas críticas com relação a alguns pontos da matéria, mas é o momento onde a Câmara Federal pode fazer as propostas que

achar mais interessantes e enrijecer ainda mais o Código de Trânsito naquilo que competir. Então, agradecer ao Kisner, pelo apoio aqui na Capital, pelas operações que os seus agentes fazem no dia a dia. A gente vê o esforço, a gente vê esse trabalho em conjunto com a Polícia Militar e com o Departamento Estadual de Trânsito. O desafio é um só: reduzir os acidentes e reduzir os números de vítimas fatais e de acidentados que tanto chamam a atenção de todos.

Cumprimentar o Major Garibaldi, o digníssimo Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, unidade por onde já tive a oportunidade de servir. E agradecer, Garibaldi, pelo seu empenho, que o trabalho de vocês é fundamental dentro do sistema, o trabalho da Polícia Militar, Polícia de Trânsito ostensiva, preventiva, repressiva não só nas operações Lei Seca, mas no registro de acidentes de trânsito, na prevenção, na atuação mais severa com as operações Cavalo de Aço, e outras operações que vocês desencadeiam, principalmente neste momento em que o Secretário de Saúde tem chamado a atenção para o número de acidentes que deságuam lá no Hospital João Paulo II, as vítimas, esse trabalho que você desenvolveu nesses últimos meses com a sua equipe, demonstrou aí a redução significativa dos acidentes de trânsito naqueles pontos onde vocês, com seus policiais militares, estão desenvolvendo esse trabalho preventivo.

E já para encerrar a minha fala, para não me alongar demais, cumprimentá-los todos. Um abraço a todos os servidores das Ciretrans, do Detran que estão presentes aqui. São vocês que conduzem os nossos trabalhos no dia a dia, na Capital e no interior. Eu tenho percorrido as nossas Ciretrans e tenho conversado com cada um de vocês. Ainda estou devendo visitas em alguns municípios, que eu não tive oportunidade de ir ainda.

E eu vejo, Deputado, nos olhos de cada servidor do Detran, o brilho e a alegria, a vontade que eles têm de trabalhar, de fazer, de exercer as suas atividades ali no dia a dia, o prazer que eles têm de atender aos nossos usuários na hora de emitir uma CNH, na hora de renovar um licenciamento de veículo. Então, são servidores abnegados e, muitas vezes, injustiçados. O Detran, que é uma marca tão forte, tão positiva. O Detran tem um papel tão importante dentro da política de trânsito. É o Detran que dá segurança para as pessoas que compram seu carro, vão lá e fazem o registro. É o Detran que dá segurança quando a pessoa vai lá e tira sua Carteira Nacional de Habilitação. É o Detran que fiscaliza as autoescolas. Então, tudo passa pelo Detran. O Detran não é nada sem os nossos servidores, sem os nossos colaboradores que estão na lida, no dia a dia, cuidando de suas atividades. Então, a gente tem que valorizar o servidor, e esse projeto do Sindicato é um projeto de valorização sim, por que não?

Cumprimentar as demais pessoas que estão aqui presentes, os agentes de trânsito aqui do município. E encerrando, dizer mais uma vez: parabéns, Deputado, parabéns ao Presidente do Sindicato, e dizer que o Detran é favorável sim a esse projeto - não tem nem como dizer o contrário -, e que a gente está na direção do Detran para somar. Se o projeto é bom, se o projeto é interessante para o Estado, é interessante para o Detran, é interessante para os servidores, então nós temos que encampar essa ideia, abraçar e dizer que tem que ser assim mesmo. Obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns, Coronel Gonzaga pela fala. Pegando um ponto da sua fala, me chama a atenção - como eu falei já no início: eles querem

mais atribuições, porque esse projeto vai trazer com certeza consequências em valorização, mas traz mais atribuições. Enquanto a gente vê alguns tentando fugir, desviar da função-fim para o qual fizeram o concurso, vocês querem assumir o que vocês já têm e mais um pouco. E isso é porque gostam, porque amam, o comprometimento com a população. E as nossas vidas. Hoje nós estamos... Amanhã alguém vai lá e bate na gente ou, sei lá, pode acontecer algo. A gente não sabe. Mas isso me chama a atenção. Com certeza esse projeto, pelo que eu vejo aqui, até imaginei que poderia ser um debate mais complicado, mas eu vejo que vai ser um debate bem leve, principalmente quando estiver no âmbito das Comissões da Casa. Eu não vejo que vá haver nenhum tipo de objeção não, pelo contrário: o que a gente quer é um trânsito mais seguro e uma mobilidade urbana bem melhor, porque o trânsito, querendo ou não, é estressante. Às vezes, nós saímos, de casa, estressados ou sai do trabalho, você vai para o trânsito e, aí, esse estresse dobra. Aí acontecem os sinistros que vêm ocorrendo com a população.

Para falar agora, e eu agradeço a presença, o Secretário de Segurança, o Coronel Hélio Pachá, que prestigia esta Audiência também. Fique à vontade, Coronel. E se alguém quiser direcionar alguma pergunta para a Mesa, pode entregar aqui para o nosso pessoal do Cerimonial, ou se quiser leva o microfone até você e pode fazer sua ponderação, sua pergunta, que aqui têm as pessoas para responder. E, se não tiver, a gente arruma.

O SR. JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ - Bom, vamos começar cumprimentando ao Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública, e desde já eu parabenizo-o pela iniciativa; ao Excelentíssimo Senhor

Aldrin Faria Gonzaga, nosso Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito; o Senhor Sáimon Rio, Diretor Técnico Interino de Fiscalização e Ações de Trânsito - pessoa que eu não conhecia ainda, muito prazer, boa tarde; o amigo Coronel Nilton Gonçalves Kisner, hoje Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte de Porto Velho; a Senhora Cleuza Correia, Diretora Técnica de Educação de Trânsito; o Senhor Adonias Rodrigues de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran, que fez já a sua bela explanação; e o Major Luiz Carlos Garibaldi, que hoje, neste ato, representa o Comandante-Geral da Corporação.

Senhoras e senhores, colegas, eu gostaria de começar parabenizando o senhor Adonias pela sua brilhante explanação, mas eu vou seguir um pouco a linha aqui do Comandante do Batalhão de Trânsito, porque, embora o senhor tenha apresentado dados reais, talvez indiretamente tenha dado a impressão equivocada de que a Polícia Militar esteja aquém na produção dos resultados do seu trabalho. E como foi apresentado, os índices caíram, principalmente com a aplicação da Lei Seca, que eu tenho certeza, e os senhores também, que ela não só é mais eficaz e mais frequente por conta da limitação do número de efetivo disponível. Caso contrário, os resultados seriam ainda melhores.

E os técnicos explanaram aqui tudo muito bem, principalmente, o nosso Secretário Municipal de Trânsito, que demonstrou, fez constatar toda a sua experiência da época de Comandante-Geral e também da época que foi Comandante da Companhia de Trânsito, atual Batalhão de Trânsito, e o assunto foi praticamente esgotado. E como observador e aqui para ficar ciente do que se envolve em Segurança Pública, não me resta alternativa senão concordar, tudo o que vier a mais para melhorar e trazer melhores resultados, tem que ser apoiado.

Então parabéns, Deputado, pela sua propositura, parabéns a todos os senhores pelas suas explanações. Contem com a SESDEC, contem com as forças de Segurança Pública no que possível para que nós possamos juntos, melhorar ainda mais o nosso trânsito.

Aproveito para informar àqueles que ainda não têm conhecimento, que dentro dessa ideia de ajudar na Educação de Trânsito, a SESDEC, a contar dessa gestão do Cel. Marcos Rocha, nós iniciamos um trabalho de um projeto de Educação no Trânsito em escolas municipais. Um policial só, que ao ver essa oportunidade de contribuir um pouco mais, colocamos ele para trabalhar a Educação de Trânsito dentro das escolas, em três escolas da periferia, ou seja, bairros mais distantes. E, com isso aumentar a presença policial. Era um policial que trabalhava na SESDEC à paisana e hoje, uma das condições que eu coloquei foi: "Você vai, mas você vai colocar farda, porque junto com a Educação de Trânsito você vai aumentar a ostensividade da nossa Corporação." Acreditando que educando as crianças a gente pode, em longo prazo, diminuir essas condutas irresponsáveis que a gente tanto vê no trânsito.

E, lembrar que quando a gente sai daqui que pega o nosso carro, a gente também faz parte do trânsito. Vamos dar exemplo para a gente poder exigir dos nossos familiares, vizinhos e colegas, porque sem o exemplo a gente não vai conseguir mudar a atitude daqueles que a gente vê no dia a dia, toda hora no trânsito, em manobras e procedimentos imprudentes no trânsito.

Senhores, parabéns a todos mais uma vez, contem conosco. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado, Coronel Pachá. Alguém quer fazer o uso da fala?

A gente viu que o debate foi bem tranquilo, bem autoexplicativo. Eu passei para o Adonias para ele ler a Emenda Constitucional, nós vamos fazer o trâmite legislativo dela aqui na Casa para que a gente possa dar os encaminhamentos que precisam ser dados. E o Adonias já se adiantou e já está discutindo com o Diretor do Detran, o Cel. Gonzaga, a parte da regulamentação dessa Emenda Constitucional e já está bem avançada, até pela própria fala do Coronel. Então eu não vejo nenhum tipo de resistência, pelo contrário, a intenção do Governo é boa. E é a mesma intenção nossa, de melhorar a segurança viária, trabalhar para diminuir ainda mais esses índices. Eu tenho certeza que o trabalho que já é feito hoje diminuiu, principalmente com o advindo da Lei Seca. Apesar de que a Lei Seca não pode ser tudo, tem muita coisa para ser feita, mas já diminuiu, isso é fato, o Cel. Pachá colocou muito bem, mas a gente precisa baixar mais, a gente precisa diminuir e é uma missão de todos nós, cada um que está aqui. É uma missão minha também como parlamentar.

Mas se não tiver ninguém para fazer nenhuma pergunta ou falar, eu acho que foi bem explicado, a gente vai dar o encerramento desta Audiência Pública agradecendo a presença de todos aqui que estiveram presentes: Coronel Pachá, Deputado Léo Moraes, que teve que sair; Coronel Gonzaga, Diretor do Detran, senhor Sáimon, que está aqui também, que é um dos diretores técnicos de fiscalização, senhora Cleuza, Diretora Técnica de Educação; o Adonias, Presidente do Sindicato;, Major Luiz, Comandante da nossa Companhia de Trânsito da capital; todos os servidores que estão aqui, as Ciretrans que vieram do interior, dispuseram do seu tempo

para estar aqui junto com a gente ouvindo esse debate, agradeço a presença de todos vocês.

E, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense eu agradeço a presença de todos componentes da Mesa Diretiva. Agradecemos a presença da plateia que acompanha essa ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência e desejamos uma excelente tarde a todos.

(Encerra-se essa Audiência às 16 horas e 52 minutos)

(Sem revisão dos oradores)